

PINGA-FOGO

■ **PROCESSO DA CSN RE-FLETE NA MESA DO BRASILEIRO** - O processo de antidumping movido pelo presidente da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Benjamin Steinbruch, sobre a importação de folhas de aço da China refletirá diretamente no bolso do brasileiro. Isso porque o aumento das alíquotas de importação de folhas metálicas, matéria-prima das latas de alimentos como leite em pó, atum, sardinha, e tantos outros que compõem a cesta básica, vão impactar diretamente na elevação dos preços desses produtos. E, vai muito além, atinge o setor da construção civil por meio, por exemplo, de tintas e vernizes, colocados à venda em latas.

■ **CONCORRÊNCIA DES-LEAL** - O pedido de sobretaxa das folhas metálicas feito por Steinbruch com as benções do vice-presidente Geraldo Alckmin é uma manobra perigosa. A disputa sobre a tarifa antidumping, que, em tese, deveria proteger a indústria nacional, revela uma situação de conflito de interesse no cerne da crise regulatória e da disfunção de concorrência no setor. Nota-se um subsídio cruzado disfarçado, pois o próprio grupo CSN - que atua em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos - compete diretamente com as associadas da ABEAÇO (Associação Brasileira de Embalagens de Aço), fundada em 2003 para defender os interesses dos fabricantes de embalagens de aço. Entre elas, a Prada Embalagens Metálicas e a Metalgráfica Iguaçu.

■ **INTERESSE PRÓPRIO** - A ABEAÇO argumenta que a medida não visa a proteção da indústria siderúrgica nacional como um todo, mas sim de um monopólio indireto na ponta da cadeia de valor, no caso, as embalagens. Os concorrentes se recu-

sam a aceitar o antidumping porque veem a CSN atuando em interesse próprio, sacrificando as liberdades de mercado e forçando um custo de produção insustentável. Além

do preço, a qualidade das folhas de aço fornecidas pela CSN eventualmente está em desacordo com as especificações técnicas exigidas pela moderna indústria de emba-

lagens, forçando a importação mesmo com o custo da sobretaxa, segundo a ABEAÇO. Com o apoio de Geraldo Alckmin, o MDIC acatou o pedido de Steinbruch, que é ami-

go de Lula, e sobretaxou a matéria-prima das embalagens de alimento causando um aumento de até 6% em produtos como leite em pó, conservas e tudo que depende de embalagens em lata.

■ **CUSTO POLÍTICO SILENCIOSO** - Isso se transforma em um custo político silencioso e insustentável para o Governo Federal, que vê a inflação da cesta básica ameaçada e paga a conta da manobra. O consumidor, principalmente o de baixa renda, é o pagador final. É um clássico caso de abuso de poder de mercado que está sendo tratado nos corredores dos ministérios em Brasília, oferecendo uma análise rica sobre a forma como big players buscam eliminar a concorrência sob o disfarce da “proteção nacional”. O caso já é conhecido por sua relevância, mas a fase atual coloca o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e o Comitê-Executivo de Gestão - em uma encruzilhada política e regulatória delicada.

■ **INGRESSOS GRATUITOS** - Licenciado do mandato de deputado federal, o secretário de Administração do município do Rio, Marcelo Queiroz, segue ativo em Brasília, tocando projetos de lei de sua autoria. Queiroz (PSDB-RJ) e o delegado Matheus Laiola (União-PR) apresentaram o PL nº 4.965/2025, que propõe a distribuição de ingressos para jogos de campeonatos estaduais e nacionais a pessoas que nunca tenham tido a oportunidade de assistir a uma partida nos estádios ou em situação de vulnerabilidade social. A gratuidade tem como contrapartida a verba destinada à Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006).

■ Os beneficiários serão selecionados por meio de parceria com entidades sociais, escolas públicas e organizações comunitárias, tendo como foco crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência — sempre de acordo com critérios do Ministério do Esporte.



O deputado Jonas Donizete, ex-prefeito de Campinas por dois mandatos, foi recebido na Casa Correio da Manhã, no Lago Sul, em Brasília, para um jantar na noite de quarta-feira, 22 de outubro. Na foto, ao lado do publisher e diretor de Redação do Correio da Manhã, Cláudio Magnavita; e dos jornalistas Rudolfo Lago, chefe de Redação da sucursal de



Brasília; e Tales Faria, diretor digital do grupo. Magnavita e Donizete são amigos desde que o parlamentar presidiu a Comissão de Turismo e Esportes da Câmara dos Deputados, em 2011, tendo como vice-presidente o então deputado, pelo Rio, Romário. Jonas é uma das estrelas do PSB e um dos parlamentares mais influentes do Congresso

Lançamento de livro do Reitor da PUC-Rio teve concorrida noite de autógrafos



Secretário de Administração da Prefeitura do Rio, o deputado federal Marcelo Queiroz prestigiou o lançamento do livro do reitor da PUC-Rio, Anderson Pedrosa, que já foi seu professor

Na noite de quinta-feira, 23 de outubro, a Livraria da Travessa do Shopping Leblon recebeu o lançamento do livro “Por uma poética da criatividade – O conceito de arte em Vilém Flusser”, de Anderson Antonio Pedrosa, Reitor da Pontifícia Universidade



Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O evento contou com a presença de amigos, autoridades e convidados do professor, entre eles a do secretário de Administração da Prefeitura do Rio e ex-aluno da PUC-Rio, o deputado federal Marcelo Queiroz.

Fernando Molica

O desafio de Boulos

Novo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos (Psol) tem o desafio de dialogar com uma categoria de trabalhadores muito diferente daquelas que ele e o presidente Lula (PT) conheceram em suas trajetórias. Ao justificar a escolha do deputado para o cargo, Lula ressaltou que a ele entregara a tarefa de lidar com movimentos sociais. O problema é que, nos últimos anos, mudanças na lógica do trabalho, na área sindical e na própria percepção política de boa parte da sociedade reconfiguraram de maneira radical esse universo. A própria definição de movimento social parece inexistente para enquadrar uma nova classe trabalhadora que não tem carteira assinada — e, muitas vezes, sequer deseja ostentar o documento que representou inserção social e, mesmo, política. Em entrevista à Globonews, Boulos ressaltou o objetivo de estabelecer conversas com essa “nova classe trabalhadora”, tão representada pelos que prestam serviços a aplicativos, essas empresas gigantes que conseguiram estabelecer uma relação em que transferem para terceiros a obrigação de adquirir até o mesmo os instrumentos necessários para a execução de tarefas. Não vai ser tão simples. A tentativa de regulamentação do trabalho de motoristas de

aplicativos mostrou o tamanho do buraco entre expectativas de um governo de viés social-democrata com as dos homens e mulheres que ralam doze horas por dia ao volante. Eles rejeitaram qualquer possibilidade de contribuição, por menor que fosse, para a Previdência Social, viram na proposta mais uma tanga por parte do Estado. Lula e Boulos são frutos de momentos políticos em que parcela importante dos trabalhadores acreditava na luta coletiva como principal caminho de ascensão social. Uma perspectiva que acabou substituída pela busca de progresso individual. Mudança que se reflete até no campo religioso: mesmo na Igreja Católica, as antigas Comunidades Eclesiais de Base, de perspectiva coletivista, perderam espaço para movimentos que, inspirados na experiência de igrejas evangélicas, trabalham com a ideia de salvação individual, cada um que lute para chegar ao céu da prosperidade. Alterações tão radicais que comprometeram até a imagem positiva que havia sido conquistada, por exemplo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A ideia de reforma agrária parece sido escanteada do imaginário social, atropelada pelo sonho de riqueza representado pelo agronegócio.

O fim abrupto do imposto sindical aprovado no governo Michel Temer foi decisivo para esvaziar de vez as entidades representativas de trabalhadores, mas é inegável que mesmo antes de mais esse golpe, essas formas de organização já caducavam, até pelas mudanças no trabalho e nas perspectivas de quem pega no pesado. Ligado à história do novo ministro, o MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, não consegue se desvencilhar da ideia de que não passa de uma articulação voltada para invadir propriedades privadas, e não para viabilizar moradias para ocupar áreas e prédios públicos abandonados. Governos petistas também têm sua dose de responsabilidade nesse processo de esvaziamento, a começar pela cooptação de movimentos sociais a partir do primeiro governo Lula. Uma lição aprendida e replicada pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que seduziu e levou para a máquina oficial estruturas criadas de forma independente. A esquerda tem o direito de apontar fragilidades num modelo que privilegia o individualismo. Mas o próprio governo demonstra rendição ao apostar em programa de financiamento de motocicletas para jovens que queiram arriscar suas vidas, uma espécie de Minha Moto, Minha Morte.

Tales Faria

Sob pressão, Hugo Motta pauta alternativas à queda da MP do IOF

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) anunciou nesta quinta-feira (23) que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), acertou com os líderes começar a votar projetos de compensação ao rombo no Orçamento causado pela derrubada da Medida Provisória (MP) 1303. A chamada MP do IOF, que aumentava taxa sobre bets e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), previa uma arrecadação de R\$ 20,9 bilhões em 2026 e um corte de gastos de R\$ 10,7 bilhões. Um poderoso lobby das bets e das fintechs — que são instituições financeiras semelhantes aos bancos, mas que pagam menos impostos — impediu que o texto fosse votado até o prazo legal do dia 8, e o governo teve que retirar o texto da pauta do Congresso. A estratégia do Palácio do Planalto foi aproveitar eleitoralmente a derrota, revelando que a MP não foi votada por causa do centrão a até do próprio Hugo Motta, sensíveis aos lobbies contrários a taxar os ricos. A pressão foi tão grande que nesta quinta-feira um grupo de oito frentes parlamentares lançou manifesto conjunto em apoio ao projeto de lei complementar (PLP)

125/2022, do Código de Defesa do Contribuinte, que define e pune, a figura do devedor contumaz. Entre as frentes que assinaram a nota - com poder de influência sobre os partidos do centrão - estavam as da Agropecuária (FPA), Indústria, Comércio e Serviços, Empreendedorismo, Micro e Pequena Empresa, Inteligência Artificial, Cooperativismo, Habitação e Brasil Competitivo (FPBC). O manifesto classificou o projeto como um “marco civilizatório na relação entre Estado e contribuinte”, ao criar regras mais claras, proporcionais e previsíveis. Hugo acabou cedendo. Reuniu-se com a ministra Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) e com Guimarães e já colocou na pauta a votação do texto que havia sido aprovado no Senado. O projeto estava empacado na Câmara. Se aprovado, será uma grande vitória do governo. Segundo a área econômica, devedores contumazes são responsáveis por uma dívida de R\$ 200 bilhões aos cofres públicos. O projeto poderá recuperar em torno de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões por ano, conforme esta coluna informou na quarta-feira (22). O anúncio mostra que o

governo acertou na estratégia de dividir a compensação das perdas devidas à queda da MP do IOF em dois blocos: um projeto que tratará dos cortes de gasto e outro, sobre o aumento de arrecadação (impostos). Na próxima “terça ou quarta-feira”, segundo anunciou José Guimarães, já deverá ser votada a parte relativa aos cortes de gastos. Foi acertado com os líderes, que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enviará a proposta de corte de gastos e ela será anexada a projetos que já tramitam pelas comissões, podendo ser votados imediatamente em plenário. A partir “da outra semana”, segundo Guimarães, os líderes acertaram começar a votar a parte mais difícil: o aumento de impostos/arrecadação. O centrão e Hugo Motta passaram, a defender um corte linear nos incentivos fiscais, da ordem de 10%. Nos cálculos do governo, o Tesouro poderá deixar de perder pelo menos uns R\$ 30 bilhões ao ano com os cortes nos incentivos. Se isto ocorrer, será outra vitória do governo. Mas o Planalto pretende insistir na cobrança de um imposto maior sobre as apostas de internet, as bets. Afinal, não custa faturar eleitoralmente.